



Aula 22 - O que fazer caso o juiz DEFIRA o pedido de Tutela Provisória e você esteja advogando em favor do réu - Como derrubar uma medida liminar sem precisar recorrer

1. Desde as últimas aulas, estamos estudando as diversas medidas que você pode ter que tomar depois que o juiz apreciar um pedido de tutela provisória..

1.1. Você tem visto que depender da posição em que você estiver e da decisão que for prolatada (deferimento ou indeferimento), você precisa saber como agir

1.1.1. Por isso nós estamos estudando em detalhes tudo o que acontece ou que pode acontecer após a decisão do juiz

1.1.1.1. E tudo o que nós estamos vendo e ainda vamos ver, vale tanto para o pedido de tutela provisória baseado na urgência quanto ao pedido baseado na evidência....logicamente que sempre respeitando os requisitos exigidos para cada tipo de tutela

1.1.1.1.1. Vamos dar uma olhada o que já estudamos, o que vamos estudar nessa aula e o que vamos estudar nas próximas aulas sobre o assunto

2. 1

2.1. O que fazer caso o Juiz INDEFIRA o pedido de tutela provisória

2.1.1. A

2.1.1.1. Se você estiver advogando pelo autor

2.1.1.1.1. 1

2.1.1.1.1.1. Quando é possível e quando não é possível formular pedido de reconsideração.

2.1.1.1.1.1.1. já estudamos

2.1.1.1.2. 2

2.1.1.1.2.1. Quando é possível reiterar o pedido de tutela provisória

2.1.1.1.2.1.1. já estudamos

2.1.1.1.3. 3

2.1.1.1.3.1. Como recorrer de uma decisão que indefere o pedido antecipatório de tutela

2.1.1.1.3.1.1. já estudamos

2.1.2. B

2.1.2.1. Se você estiver advogando pelo réu

2.1.2.1.1. 1

2.1.2.1.1.1. Atitude que você pode tomar para evitar uma mudança de entendimento do juiz e a reforma da decisão pelo tribunal

2.1.2.1.1.1.1. já estudamos

3. 2

3.1. O que fazer caso o Juiz DEFIRA o pedido de tutela provisória

3.1.1. A

3.1.1.1. Se você estiver advogando pelo réu

3.1.1.1.1. 1

3.1.1.1.1.1. Quando é possível pedir a reconsideração da decisão e como fazer isso na prática

3.1.1.1.1.1.1. Como derrubar uma medida liminar obtida pela parte contrária sem precisar recorrer

3.1.1.1.1.1.1.1. Vamos estudar nesta aula

3.1.1.1.2. 2

3.1.1.1.2.1. Como recorrer da decisão que defere o pedido de tutela provisória

3.1.1.1.2.1.1. Vamos estudar nesta aula

3.1.2. B

3.1.2.1. Se você estiver advogando pelo autor

3.1.2.1.1. 1

3.1.2.1.1.1. Como executar, tornar concreta a tutela provisória concedida pelo juiz

3.1.2.1.1.1.1. Vamos estudar na próxima aula

3.1.2.1.2. 2

3.1.2.1.2.1. Quando é possível estender a medida concedida para novos fatos

3.1.2.1.2.1.1. Vamos estudar na próxima aula

4. A

4.1. O que fazer caso o juiz DEFIRA o pedido de Tutela Provisória

4.1.1. Se você estiver advogando pelo réu

4.1.1.1. 1

4.1.1.1.1. Como derrubar uma medida liminar obtida pela parte contrária sem precisar recorrer

4.1.1.2. 2

4.1.1.2.1. Como recorrer de uma decisão que defere o pedido antecipatório de tutela concedido em face do autor

5. 1 - Como derrubar uma medida liminar obtida pela

parte contrária sem precisar recorrer

5.1. Advertência inicial: a medida tecnicamente adequada para reformar uma decisão judicial que concede tutela provisória é o recurso, como veremos ainda nessa aula.

5.1.1. Mas, na prática, há uma maneira de você conseguir que o próprio juízo de primeiro grau modifique a decisão por ele proferida, sem que você precise apresentar qualquer recurso

5.1.1.1. E isso é possível graças ao disposto nos arts. 296 e 298 do CPC:

5.1.1.1.1. Art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

5.1.1.1.1.1. Art. 298. Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

5.1.1.1.1.1.1. Veja, então, que a decisão que concede a tutela provisória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, desde que o juiz motive o seu convencimento.

5.1.1.1.1.1.1.1. E isso é possível porque, como vimos desde o começo, a decisão que analise um pedido de tutela provisória é, por definição, uma tutela PROVISÓRIA, ou seja, uma decisão tomada naquele momento e de acordo com as provas que se tem naquele exato momento.

5.1.1.1.1.1.1.1.1. Mas isso não significa que o magistrado possa simplesmente se arrepender e alterar a decisão.

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Aliás, aqui fica a primeira advertência: você nunca deve pedir que o juiz revogue a tutela simplesmente alegando que ele se equivocou ao conceder...que ele analisou indevidamente as provas...ou que ele aplicou o direito de forma errada....

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Se você fizer isso, você simplesmente vai receber um despacho baseado no art. 507 do CPC:

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. O Juiz vai dizer: não se conformou, recorre.

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Para que haja a mudança, pelo próprio juiz, de uma decisão que concedeu uma tutela provisória, você deve levar ao processo um elemento novo.

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Esse elemento novo pode ser uma prova que o autor não apresentou....pode ser um elemento importante de informação que fora omitido pela parte autora...

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Mas deve haver ALGO NOVO

Deve ficar bem claro ao juiz que, se ele tivesse conhecimento desse elemento quando deu a primeira decisão, provavelmente não teria concedido a tutela

Exemplo: a parte autora alega que nunca contratou com a requerida, mas que esta vem fazendo descontos de parcelas de um suposto contrato de empréstimo em sua folha de pagamento. Pede, então, a tutela provisória, para que os descontos sejam suspensos

O Juiz concede a tutela e determina a suspensão

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Mas do que
depressa, você,
como patrono da
parte requerida,
atravessa uma
petição nos autos,
pugnando a
revogação da
tutela concedida,
invocando o
disposto no art.
296 do CPC

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

E com essa
petição você
junta o
contrato
firmado entre
as partes e que
justifica a
realização do
desconto
realizado na
folha de
pagamento do
autor. Com
isso, cai a
probabilidade
do direito
invocado.

5.1.1.1.1.1.1.1

Uma vez que o contrato existe, a realização do desconto na folha de pagamento é justa. A tutela provisória que determinou a cessação dos descontos deve ser revogada.

5.1.1.1.1.1.1.1.

Você deve ressaltar a questão da irreversibilidade da medida....e se a parte pediu Justiça Gratuita....

5.1.1.1.1.

Você
deve
ressaltar
a
omissão
feita
pela
parte e
com
isso
mexer
com as
emoções
do juiz.
"...a
parte
faltou
com a
verdade
e
induziu
o juízo
a
errar...".

5.1.1.1

Nenhu
juiz
gosta
de
se
sentir
engani

5.1. Você sem devolped a revco ime da mec mui emb mui prov o juízo irá ouvi prim a part cont (art. 9 do CPC

5 É c q a p c p v e

a
a
fa
d
c
d
q
e
n
a
n
c
a
p
d
fa
é
e
q
d
fa
e
e
p
n
fo
fe
o
c
é
v
e
d
s
c
is
d

6. 2 - Como recorrer de uma decisão que defere o pedido antecipatório de tutela concedido em face do autor

6.1. QUAL É O RECURSO CABÍVEL

6.1.1. O recurso cabível contra decisão que defere o pedido de tutela provisória é o AGRAVO DE INSTRUMENTO

6.1.1.1. Art. 1015, I, do CPC

6.1.1.1.1. Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

6.1.1.1.1.1. I - tutelas provisórias;

6.1.2. OBSERVAÇÃO

6.1.2.1. E se o pedido de tutela for deferido no bojo de uma sentença?

6.1.2.1.1. Neste caso, a parte prejudicada deverá apresentar o recurso de apelação... o recurso cabível será o recurso de apelação

6.1.2.1.1.1. E paralelamente formular pedido de efeito suspensivo da parte relativa à tutela provisória

6.1.2.1.1.1.1. Esse pedido de efeito suspensivo está previsto no art. 1012, § 3º, do CPC:

6.1.2.1.1.1.1.1. Vamos lembrar...

6.1.2.1.1.1.1.1.1. Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1. V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Então, como regra, se o juiz conceder uma tutela provisória na sentença e a parte requerida apelar, a tutela provisória produz efeitos desde logo....

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Para bloquear esses efeitos, a parte requerida deve formular o REQUERIMENTO previsto no § 3º, do art. 1012 do CPC

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. § 3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao:

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame preventivo para julgá-la; II - relator, se já distribuída a apelação.

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.
Trata-se de um
REQUERIMENTO avulso
mesmo, onde você deve
tratar exclusivamente sobre
a necessidade de ser
concedido o efeito
suspensivo ao recurso de
apelação.

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Você deve alegar e
PROVAR porque a
execução, de pronto, da
sentença, pode prejudicar
o requerido.

Aqui, como já foi dito, o caminho é apelar para as emoções. Mostrar fotografias, evidenciar a realidade nua e crua.

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Ex: Imagina que o juiz, na sentença, concedeu a tutela provisória, para determinar que o autor seja reintegrado na posse de uma área.

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1

No seu requerimento de efeito suspensivo, você precisa demonstrar, de pronto, o erro da decisão (pra derrubar a probabilidade do direito), mas principalmente você deve demonstrar qual é o PERIGO do seu cliente (o réu) sofrer um dano caso a decisão seja desde logo cumprida.

6.1.2.1.1.1.1.1.1.1.
"Excelência, o
recorrente
mora no imóvel
há mais de 20
anos...se for
desapossado,
ele e a família
não tem para
onde ir.
Certamente
vão morar na
rua..."....mostre
fotografias da
família, das
crianças...mostre
a situação
financeira ruim,
com extratos
de contas
negativas e
etc.

6.1.2.1.1.1.1.1

Lembra que
o segundo
grau
costuma ser
mais frio,
mais
distante das
partes....por
isso, se você
souber
trabalhar
bem com as
emoções,
você
consegue a
o efeito
suspensivo.

6.1.2.1.1.1.1.1

O seu
objetivo,
nesse
requeriment
é apenas
o de
SUSPENDER
os efeitos
da
sentença,
até que o
recurso
seja
apreciado
pela
Turma/Câmara

6.1.2.1.1.
Então,
mostre,
na
prática,
que o
autor
não vai
sofrer
grande
prejuízo
ao
aguardar.
Mostra
que o
prejuízo
do réu
pode
ser
bem
maior...

6.1.2.1
"Excel
como
o
autor
já
aguar
XX
anos
fora
do
imóvel
certam
não
vai

sofrer
prejuíz
por
aguar
o
prazo
do
recurs
o
réu,
que
não
tem
para
onde
ir,
vai
sofrer
prejuíz
irrepar
será
visto
no
julgam
definitiv
a
senten
será
reform
e
esse
prejuíz
graças
ao
efeito
susper
que

você
Excelê
irá
concec
não
vai
ser
realiza

6.2. Pontos importantes do Agravo

6.2.1. 1

6.2.1.1. Comunicar ao juízo sobre a interposição, para que o mesmo possa exercer o juízo de retratação

6.2.1.1.1. Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.

6.2.2. 2

6.2.2.1. Ser o mais técnico possível e JAMAIS ser ofensivo com o julgador

6.2.2.1.1. Você já viu o juiz que é xingado voltar atrás e retirar o cartão vermelho?

6.2.2.1.1.1. Lembra que juiz é bicho vaidoso...

6.2.3. 3

6.2.3.1. Aponte, objetivamente, qual foi o erro da decisão e porque ela deve ser reformada

6.2.3.1.1. Ex: Excelência, o juiz a quo entendeu que está demonstrada a probabilidade do direito do recorrente. Porém, os documentos X, Y e Z evidenciam o contrário....o direito do autor não é provável por tal e tal argumento....

6.2.4. 4

6.2.4.1. Você deve pedir a antecipação da tutela recursal

6.2.4.1.1. Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV , o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

6.2.4.1.1.1. I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

6.2.4.1.1.1.1. Este deve ser o ponto mais importante do seu agravo. Você precisa convencer o RELATOR a atribuir o efeito suspensivo ao agravo....ou seja, o seu agravo vai suspender o cumprimento da decisão que concedeu a tutela provisória

6.2.4.1.1.1.1.1. Aqui você deve focar na demonstração de que não estão presentes os requisitos legais para a tutela provisória. E você deve, OBRIGATORIAMENTE, rebater todos os fundamentos que o juiz usou para conceder a tutela

6.2.4.1.1.1.1.1.1. Para isso você vai tomar duas atitudes:

6.2.4.1.1.1.1.1.1. PRIMEIRA

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1. Usar a técnica
MATADORA DE OBJEÇÕES

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1. Elenque, um por um, todos os argumentos que o juiz utilizou para deferir o seu pedido.

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1. Na sequência, rebata fortemente cada um deles. Mostre, objetivamente, onde está o erro do juiz.

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Exemplo: o autor ingressou com um pedido de obrigação de fazer, pedindo que o seu cliente seja obrigado a conceder uma cirurgia, por conta de contrato de plano de saúde existente.

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

Na decisão, o juiz defere o pedido com base na seguinte fundamentação:

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.

- o contrato de plano de saúde dá a entender que cobre a cirurgia

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Ao aplicar a técnica matadora de objeções você vai ter que superar esse fundamento.

"Eminente Relator, ao contrário do que concluiu o juízo de primeiro grau, está evidente que o contrato de plano de saúde não cobre a cirurgia pretendida. Inclusive há cláusula mencionando a não cobertura do procedimento pretendido. Veja, pois, que não está demonstrada a probabilidade do direito...".

- o laudo médico apresentado indica que a cirurgia pretendida vai salvar o requerente

Ao aplicar a técnica matadora de objeções você vai ter que superar esse fundamento.

"Eminente relator, não há que se falar em urgência na realização da cirurgia pretendida. O laudo médico apresentado fala da necessidade de se realizar o procedimento, mas não menciona qualquer prazo ou urgência que justifica uma tutela provisória. Nada justifica suprimir o direito à ampla defesa do requerido para a realização do procedimento. Se o procedimento, de fato, fosse urgente, o subscritor do laudo teria mencionado isso expressamente, o que não aconteceu".

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1

Ao aplicar a técnica matadora de objeções você vai ter que superar esse fundamento.

6.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.:
"Eminente relator,
além de não haver
documento médico
atestando a urgência, o
fato é que se a cirurgia
for realizada, o prejuízo
do requerido será
sacramentado e se
tornará irreversível....o
autor se declara pobre,
na forma da lei. Então
não terá como
indenizar os prejuízos
da requerida, pois no
julgamento do recurso
ficará demonstrada a
falta dos requisitos
legais para a tutela
provisória...."

6.2.4.1.1.1.1.1.2. SEGUNDA

6.2.4.1.1.1.1.1.2.1. Mostrar porque é possível esperar até o julgamento

6.2.4.1.1.1.1.1.2.1.1. Você vai mostrar ao relator porque é possível aguardar o trâmite do recurso. Você precisa convencê-lo a conceder, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão

6.2.4.1.1.1.1.1.2.1.1.1. Precisa ficar bem claro, para ele, que se a tutela não for suspensa, de cara, pelo relator, o requerido poderá sofrer danos...

6.2.4.1.1.1.1.1.2.1.1.1.1.1. Você deve ressaltar isso na sua peça, deixando claro qual será o dano e qual documento ou prova mostra isso...

7. QUESTÃO EXTRA

7.1. É possível formular pedido de tutela provisória em favor do réu?

7.1.1. Lembre-se que, a princípio, o réu não pede nada na ação proposta pelo autor. Ele pugna, apenas, pela improcedência dos pedidos do autor.

7.1.1.1. Então, não tem como o réu pedir uma tutela provisória , sendo que ele não vai receber nada no final da ação...

7.1.1.1.1. Agora, se o réu apresenta reconvenção ou pedido contraposto na contestação, aí, obviamente, ele pode pedir a antecipação da tutela por ele pretendida na reconvenção.

7.1.1.1.1.1. Exemplo: Autor apresenta pedido de reintegração de posse e o réu se defende e formula pedido contraposto de interdito proibitório...

7.1.1.1.1.1.1. Lembra que a reconvenção e o pedido contraposto são como "uma ação do réu contra o autor"

7.1.1.1.1.1.1.1. Mas na prática isso é bem raro. Acredito que em mais de 18 anos de magistratura, eu devo ter julgado pedido nesse sentido umas 3 vezes, no máximo.